

2008

Antropologia e Literatura:

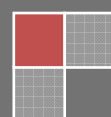
A propósito e por causa de Ruy Duarte
de Carvalho

Texto para o jornal do Ciclo Ruy Duarte de Carvalho, Centro Cultural de
Belém, Fevereiro de 2008

Miguel Vale de Almeida

MIGUELVALEDEALMEIDA.NET

2008



Miguel Vale de Almeida

2008

O tema “antropologia e literatura” suscita sempre algum nervosismo sobretudo, ou talvez só, entre os antropólogos. Se se colocar à discussão o tema “escultura e antropologia”, por exemplo, a reacção será da mais tranquila neutralidade. Porque ao contrário deste, aquele não suscita apenas um inquérito sobre a velha questão das representações e das fontes; coloca, isso sim, o dedo na ferida da produção. A questão relevante torna-se então nesta: em que consiste e por que há uma ferida? A explicação mais usual prende-se com o estatuto social relativo de diferentes práticas. De um lado, entre a arte e a ciência; do outro, entre ciências “duras” e ciências... “moles”. A arte, segundo o senso comum ainda largamente vigente, daria conta de visões subjectivas pouco preocupadas com a representação do real; a ciência daria conta do real, procurando escapar metodologicamente às armadilhas da subjectividade. Neste quadro, as ciências “duras” deteriam o estatuto mais elevado, e as “moles” – as ciências sociais e as humanidades – padeceriam do problema da excessiva proximidade entre o observador enquanto também actor social, e o objecto, precisamente o mundo social. Uma explicação de segundo grau, menos usual mas que causou furor na antropologia dos anos oitenta do século XX com a influência da obra *Writing Culture* (e subsequentes) de James Clifford, prende-se com o facto de a antropologia ocupar um lugar ainda mais ambíguo no quadro das ciências sociais, em virtude de pelo menos dois aspectos: a metodologia propriamente antropológica, e as formas de representação do saber. O belíssimo oxímoro “observação participante” remete para uma forma de conhecimento marcadamente experiencial e intersubjectiva; e o produto tradicional do conhecimento antropológico tem sido (apesar de desenvolvimentos experimentais noutras direcções, como a visualidade, a materialidade, a performance ou as novas tecnologias) *escrito* – e não apenas “escrito”, no sentido em que um relatório técnico também o é, mas *escrito* com a intencionalidade de mostrar, de fazer sentir os significados culturais alheios ao leitor. A ferida acima referida pode, pois, ser resumida, mesmo que abusivamente, na pergunta terrível: quem mostra melhor a vivência cultural de um local, comunidade ou rede – um romance consagrado como fresco insuperável daquela vivência, ou uma monografia etnográfica sobre o mesmo contexto? A pergunta padece, obviamente de ingenuidade, já que muitos contraporiam que o objectivo último do trabalho antropológico não é a (de)monstração duma vivência cultural, mas o contributo para uma análise propriamente sociológica das propriedades da vivência cultural – uma demonstração.

Onde os antropólogos, sobretudo a partir dos anos oitenta, se concentraram, foi antes na questão da relação entre autoria e autoridade. Afinal de contas, o texto etnográfico e/ou antropológico, dá ou não conta da pluralidade de vozes no terreno, dos conflitos entre elas, reproduz ou não estruturas de autoridade e precedência não só do terreno mas também das relações entre o Ocidente e o Resto, entre a Ciência e os seus “objectos”?

Na página 27 do seu livro mais marcadamente antropológico, *Ana a Manda – Os Filhos da rede* (sua tese de doutoramento, defendida em 1986 e publicada em 1989), Ruy Duarte de Carvalho escreve: «Nós estamos, do ponto de vista de uma ética profissional e intelectual, do lado daqueles para quem, em relação a um trabalho como este, a noção de autor se torna ambígua desde que o texto integre a participação de outrem.» Ruy Duarte de Carvalho escreveu esta passagem no mesmo ano da publicação de *Writing Culture*. Clifford procurou demonstrar os mecanismos através dos quais os antropólogos haviam construído textualmente um papel autorial para si mesmos. Entre estes encontrava-se a separação entre o antropólogo enquanto homem ou mulher do terreno e o antropólogo de sofá, através da ênfase colocada na dimensão experiencial do trabalho de campo; seguido da supressão, no texto, do aspecto dialógico da construção do conhecimento antropológico. Tal era possível recorrendo, nomeadamente, a uma teoria reificadora da “Cultura”. A resolução deste “problema” tem sido o alvo de muitas e variadas receitas e textos confessionais de impotência. Mas todos parecem apontar no sentido de uma consideração das dimensões estético-formais, epistemológicas, éticas e políticas – como referiu Paul Rabinow. Assim, a etnografia enveredaria pelos caminhos de experimentações textuais assentes na premissa de que o que se representa não são formas completas e distintas de modos de vida, mas sim séries de diálogos, imposições e invenções. Esta estratégia daria ainda conta de um contexto simultaneamente propício e determinante nestas transformações: o contexto do mundo subsequente ao fim oficial do colonialismo moderno. O mundo em que a obra de Ruy Duarte se viria a desenvolver.

“Coisas dos *eighties* e do pós-modernismo”, diriam os cotemporâneos. Talvez. Já ultrapassadas e incorporadas. Talvez. Mas depois do debate introduzido por Clifford não mais se falou nas relações entre Literatura e Antropologia como antes. A antropologia passou a não poder deixar de considerar a problemática cliffordiana e outras áreas, como os estudos literários e culturais, iniciaram uma análise dos textos e contextos antropológicos como forma de entender os posicionamentos e perspectivismos do que se convencionou chamar a pós-colonialidade – nas ex-colónias ou nas ex-“metrópoles”. Poderíamos dizer que Ruy Duarte de Carvalho descobriu e praticou uma antropologia pós-moderna e pós-colonial sem pagar o

preço da etiqueta ou as quotas do partido. Antes de *Ana a Manda*, tese de doutoramento sobre o contexto muxilunda, a sua produção literária fora da antropologia no sentido estrito já estava encaminhada e já revelava as possibilidades da multiplicação dos géneros e da sua hibridação – justamente uma característica da pós-colonialidade e uma das receitas agora tão repetidas para a invenção de novas textualidades e autorias. Em *Ondula Savana Branca*, livro de poesia de 1982, ele traduzira e apropriara-se da tradição oral africana. Bem mais tarde, vamos ter a ficção (e será esta a classificação acertada ou definitiva?) de *Os Papéis do Inglês* (2000), claramente informado pela antropologia; vamos ter *Vou Lá Visitar Pastores*, em 1999, autêntica hiperetnografia kuvale; vamos ter *Actas da Maianga* em 2003, onde o comentário político é assumido; vamos ter *Desmedida* (2006), onde o ensaio literário e histórico-antropológico se mescla com a literatura de viagem. Tudo isto e muito mais – já que aqui não entrarei no cinema ou na ilustração – além do continuado trabalho poético iniciado em 1972 com *Chão de Oferta*, e de que *Lavra* (reunindo a poesi de 1970 a 2000) é autêntico tomo de consagração.

Bernardo Carvalho, ele próprio ficcionista de formação antropológica, diz de *Os Papéis do Inglês*, e citando Ruy Duarte, tratar-se de uma «narrativa em “permanente suspeita perante si mesma”, a questionar-se, interrompendo-se para revelar, por um processo análogo ao relativismo antropológico: “E quem narra não há de ter, ele também, que dar-se a contar?”». Se em *Vou Lá Visitar Pastores* (1999), as cassetes – instrumento do trabalho de campo – são a muleta narrativa, em *Os Papéis* são-no, segundo Mega Ferreira, os e-mails – instrumento da globalização. Também aqui, é Ruy quem diz «Cada um de nós, aqui ao fim destes anos de perplexidade constante, transporta para onde vai as marcas do exercício pessoal da sua sobrevivência», numa auto-ficção que já havia sido ensaiada em 1975 com *Como se o mundo não tivesse leste* (1975), três narrativas situadas no fim do período colonial. Seria banal e repetitivo dizer que a obra de Ruy Duarte se caracteriza pela pluralidade: cineasta, antropólogo, desenhador, ficcionista, poeta, ensaísta. Explorador. Sê-lo-ia também referir de novo a pluralidade – mas sobretudo a mistura – de géneros. Mas seria mesmo? As estratégias literárias de Ruy são justamente as que mais se adequam ao desafio contemporâneo, em que já não se trata de renegar a autoria, mas de expô-la assumindo-a ou assumi-la expondo-a e, no processo, multiplicá-la nas vozes, nas personas, nos géneros, na invenção de novos patamares de diálogo entre os textos produzidos e as condições da sua produção. Em suma: ora hibridizando, ora deslocando. O resultado é que por vezes o texto poético é mais antropológico que o etnográfico, este mais político que o político, este mais ficcional que o ficcional... Aprendo sobre os Kuvale lendo sobre o rio brasileiro São Francisco em *Desmedida*,

aprendo sobre o colonialismo e o ocidente lendo *Vou Lá Visitar Pastores*, e assim sucessivamente. Como disse Luís Quintais, Ruy perturba «os nossos bem comportados modelos ou sistemas de leitura (...) [no] modo como enuncia esta tensão entre imaginação e realidade», ao referir-se a *Observação Directa* (2000) – título antropológico (*et pour cause...*) por excelência para um livro de poesia. Como refere Rita Chaves, o antropólogo funde-se com o poeta (aqui entendido no sentido lato da expressão), e a «Antropologia integra-se à Literatura, formando uma espécie de cadeia multidisciplinar mais apta a melhor flagrar alguns dos movimentos da dinâmica cultural encenada nesse cenário particular que segue semeando perplexidades e impondo a necessidade de novas formas de abordagem»

Se a relação entre “Antropologia e Literatura” é como cutucar uma ferida (pessoal até, no caso presente, já que me vejo como amador dos contos e da ficção científica, blogger, cronista político, ensaísta popularizador e, claro, antropólogo), a verdade é que não existe Betadine epistemológico, metodológico, ético ou político que a sare. James Clifford usa como epígrafe de um dos seus textos em *The Predicament of Culture* versos de William Carlos Williams que aludem a como «os produtos puros enlouqueceram». É justamente a “impureza” da obra de Ruy Duarte, o seu não privilegiar de uma autoidentificação enquanto antropólogo, a sua fidelidade à autoria literária, que nos permite – a leitores vindos da antropologia como eu – reencontrar a sanidade e assim ver com caleidoscópica clareza a complexidade dos trânsitos culturais em que vivemos. Da obra de Ruy Duarte não transparece a ferida a que aludi. Quem se assume na multiplicidade de géneros e vozes, na hibridez, e no tráfico e trânsito, transcende os próprios termos em que a questão é colocada. A autoria – despida da autoridade da hiperdefinição literária ou antropológica – é, afinal de contas, o que evita a ferida.